PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. Wellington Fagundes)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre julgamento de recursos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e o art. 290-A à mesma Lei, para determinar que o agente e a autoridade de trânsito responsáveis pela lavratura do auto de infração e pela aplicação da penalidade não podem participar de julgamento de eventual recurso interposto contra a aplicação de penalidade decorrente da referida infração.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – acréscimo de parágrafo único ao art. 17:

“Art. 17. Compete às JARI:

.....
Parágrafo único. O agente de trânsito responsável pela lavratura do auto de infração, nos termos do art. 280, e a autoridade de trânsito responsável pela aplicação da respectiva penalidade, nos termos do art. 281, não poderão, em hipótese alguma, participar de julgamento de recurso interposto contra a aplicação de penalidade decorrente da referida infração, sob pena de anulação da decisão. (NR)”

II – acréscimo de art. 290-A:

“Art. 290-A. O agente de trânsito responsável pela lavratura do auto de infração, nos termos do art. 280, e a autoridade de trânsito responsável pela aplicação da respectiva penalidade, nos termos do art. 281, não poderão, em hipótese alguma, participar de julgamento do recurso de que trata o art. 288, sob pena de anulação da decisão. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) prevê que, em caso de aplicação de penalidade decorrente de infração de trânsito, o imputado pode recorrer, sendo o recurso encaminhado, primeiramente, às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (JARI), que funcionam junto a cada órgão ou entidade executivos de trânsito ou rodoviário (arts. 16 e 17). Das decisões das JARI cabe um novo recurso, a ser apreciado, tratando-se de penalidade imposta pelo órgão ou entidade de trânsito da União, pelo CONTRAN ou por um colegiado especial das JARI, conforme o tipo de infração. Em se tratando de penalidade imposta por órgão ou entidade de trânsito estadual, municipal ou do Distrito Federal, os recursos contra decisões da JARI serão apreciados pelos Conselhos Estaduais de Trânsito (CETAN) pelo Conselho de Trânsito do Distrito Federal (CONTRANDIFE), respectivamente (arts. 288 e 289).

Ocorre que, muitas vezes, o agente de trânsito responsável pela lavratura do auto de infração ou a autoridade de trânsito responsável pela aplicação da respectiva penalidade, uma vez considerado consistente o auto de infração, fazem parte das JARI ou de outros colegiados incumbidos de julgar os atos recursais. Isso tira, completamente, a imparcialidade do julgamento, pois o referido agente ou autoridade já emitiu seu entendimento anteriormente, ao lavrar o auto de infração ou, considerando-o pertinente, ao aplicar a penalidade correspondente. Em ocorrendo tal fato, o impetrante do recurso se vê prejudicado em seu direito.

Para corrigir esse ponto e impedir tais situações prejudiciais ao cidadão, estamos propondo duas modificações no texto do CTB,

de modo que o agente e a autoridade de trânsito responsáveis pela lavratura do auto de infração e pela aplicação da penalidade não possam participar de julgamento de eventual recurso interposto contra a aplicação de penalidade decorrente da referida infração.

Na certeza de que a medida agregará maior justiça às decisões quanto a recursos contra infrações de trânsito, esperamos contar com o apoio de todos para a rápida aprovação desta proposta.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado WELLINGTON FAGUNDES